

AUDITOR-FISCAL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.
- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA E MODELO DE CONTROLE – MCA

Questão 1

As aduanas modernas já não centram seus controles na arrecadação de tributos. Sobre esse novo cenário de controle aduaneiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A maioria das Aduanas do mundo opera de forma desvinculada da estrutura dos Ministérios de Fazenda ou Economia, relacionando-se a Ministérios afetos ao desenvolvimento ou à defesa.
- (B) A missão comumente aceita para as aduanas, divulgada pela Organização Mundial das Aduanas, não trata de ingresso de receitas.
- (C) A Organização Mundial das Aduanas estabeleceu padrões internacionais sobre segurança e facilitação do comércio, com prevalência da segurança sobre a facilitação, no que se refere à arrecadação.
- (D) A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, onde se encontra a Aduana brasileira, relaciona, entre seus objetivos estratégicos, ampliar a segurança e a agilidade no comércio exterior.
- (E) A Aduana brasileira, nas atividades de fiscalização e controle sobre o comércio exterior, está constitucionalmente atrelada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Questão 2

As opções a seguir apresentam apenas Coordenações que estão sob a jurisdição da Subsecretaria de Administração Aduaneira, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), Coordenação-Geral de Tributação Aduaneira (Cotri) e Coordenação-Geral de Fiscalização Aduaneira (Cofia).
- (B) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep) e Coordenação-Geral de Classificação de Mercadorias (CECLAM).
- (C) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), Coordenação Especial de Riscos Aduaneiros (Corad) e Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep).
- (D) Coordenação Especial de Riscos Aduaneiros (Corad), Coordenação-Geral de Tributação Aduaneira (Cotri) e Coordenação-Geral de Classificação de Mercadorias (CECLAM).
- (E) Coordenação-Geral de Tributação Aduaneira (Cotri), Coordenação-Geral de Fiscalização Aduaneira (Cofia) e Coordenação-Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho (Corep).

Questão 3

Sobre os processos de trabalho na área aduaneira, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Gerir cadastros e autorizar intervenientes são processos importantes para a adequada gestão de riscos e até para aprimorar a eficácia na aplicação de penalidades.
- (B) O controle de carga deve ser efetuado de forma antecipada e informatizada, para possibilitar a gestão de riscos.
- (C) A celeridade na liberação das mercadorias não prejudica realização de auditorias *a posteriori*, com base nas informações declaradas, entre outras.
- (D) Controlar processos aduaneiros diferenciados abrange a tributação especial de bagagem de viajante internacional e a tributação simplificada de remessas postais internacionais e remessas expressas.
- (E) Podem ser habilitados como Operadores Econômicos Autorizados, no Brasil, importadores, exportadores, operadores portuários e despachantes aduaneiros.

Questão 4

Leia o fragmento a seguir.

A fiscalização aduaneira que busca, principalmente na zona primária e nos seus arredores, detectar e coibir a entrada irregular de mercadorias procedentes do exterior ou a sua saída irregular do País, tendo como alvo principal aeronaves, veículos terrestres e embarcações em situação aduaneira irregular, mercadorias ilícitas, cargas não manifestadas e produtos com marcas contrafeitas.

Assinale a opção que indica a denominação dessa modalidade de fiscalização aduaneira.

- (A) Repressão.
- (B) Vigilância.
- (C) Busca.
- (D) Visita.
- (E) Auditoria.

Questão 5

Sobre o Portal Único de Comércio Exterior (PUCE), assinale a afirmativa correta.

- (A) O PUCE é calcado em quatro pilares: integração, redesenho de processos, tecnologia da informação e gestão de intervenientes.
- (B) O PUCE permitiu a concretização de novos processos de importação e exportação e o controle de carga mais eficaz, eliminando documentos em papel e aumentando a fluidez do comércio exterior.
- (C) Nas etapas de implementação do PUCE, de 2014 a 2022, foi implementada a inspeção remota coordenada e o novo controle de carga e trânsito aquaviário.
- (D) Está prevista a conclusão do Programa PUCE em 2028, com o novo controle para remessas expressas e remessas postais internacionais.
- (E) O gerenciamento de riscos para as ações de fiscalização, no PUCE, é efetuado de forma centralizada por equipe nacional, buscando a uniformidade de critérios.

CONTROLE DE CARGA, FLUXO DE INFORMAÇÕES E GESTÃO COORDENADA DE FRONTEIRAS – CCA

Questão 6

A respeito dos procedimentos adotados pelas autoridades aduaneiras sobre as cargas e os veículos que cruzam diariamente as fronteiras no fluxo do comércio internacional visando garantir a segurança, a legalidade e a fluidez dessas operações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os transportadores devem apresentar o manifesto de carga somente quando requeridos pelo importador.
- (B) Nas fronteiras terrestres brasileiras, o transportador rodoviário internacional pode adentrar o território nacional por qualquer estrada que lhe permita acesso sem qualquer formalidade administrativa.
- (C) A Receita Federal do Brasil tem competência para estabelecer em normas a forma e o prazo para a apresentação dos documentos de transporte de carga pelo transportador à aduana.
- (D) Somente por portos alfandegados é permitida a entrada de carga para despacho de importação.
- (E) A embarcação aquaviária pode trafegar por águas internas (rios e lagos) exclusivamente no transporte de cargas nacionais visto não existir portos alfandegados no interior do território nacional.

Questão 7

Acerca do controle aduaneiro sobre veículos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A inspeção não invasiva é uma ferramenta fundamental para garantir a segurança e a fluidez no controle de carga e de veículo, prescindindo da abertura da unidade de carga.
- (B) A jurisdição dos serviços aduaneiros não se estende às áreas de controle integrado localizados em território estrangeiro.
- (C) Um veículo, ao adentrar em um recinto alfandegado, pode estacionar ao lado de outro para permitir o transbordo de mercadorias em qualquer situação.
- (D) Qualquer pessoa pode adentrar o recinto alfandegado para acessar o veículo lá estacionado.
- (E) Uma embarcação deve apresentar à autoridade aduaneira somente os manifestos destinados à escala que estiver atracada.

Questão 8

O transporte marítimo de cargas tem papel fundamental no fluxo do comércio exterior brasileiro, representando, em 2022, mais de 83% de movimentação de carga em valor de importações e exportações.

Em relação aos fatores que favorecem a utilização desse modal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A velocidade e a segurança para o transporte de cargas de alto valor agregado e de numerários (moeda nacional ou estrangeira).
- (B) A pequena diversidade de mercadorias que pode ser transportada nesse modal, restrita apenas às *commodities* e granéis sólidos.
- (C) A extensa costa marítima brasileira, favorecendo a movimentação de cargas em rotas de longo curso e de cabotagem.
- (D) A ineficiência econômica, em razão da reduzida capacidade de cargas das embarcações.
- (E) A opção mais rápida para o transporte de cargas perecíveis a longas distâncias.

Questão 9

O regime de trânsito aduaneiro permite a internalização do despacho, reduzindo os gargalos na liberação de mercadorias em portos, aeroportos e pontos de fronteira.

Sobre esse regime, assinale a afirmativa correta.

- (A) O trânsito aduaneiro de importação permite a movimentação de mercadorias estrangeiras, com a suspensão dos tributos, de um recinto aduaneiro em zona secundária para a unidade de saída da carga para o exterior.
- (B) A DTC é utilizada na transferência de cargas de qualquer tipo do pátio de um recinto alfandegado localizado em aeroporto internacional para depósito de loja franca.
- (C) Na unidade de origem de um trânsito aduaneiro, o controle sobre o interveniente só ocorre a partir do desembarço da declaração de trânsito aduaneiro.
- (D) Em caso justificado e alheio à vontade do transportador, o trânsito aduaneiro pode ser interrompido durante o percurso e ser redirecionado para outra unidade da RFB mais próxima do local da interrupção.
- (E) A conclusão do trânsito aduaneiro é sempre automática após o registro de armazenamento pelo depositário de destino.

DESPACHO ADUANEIRO OPERACIONAL - DDA**Questão 10**

Sobre o *despacho aduaneiro de importação*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Pode ser realizado sem registro no Siscomex.
- (B) O despacho de urna funerária é realizado em caráter prioritário e mediante rito sumário, logo após a sua descarga, com base no conhecimento de carga ou em documento de efeito equivalente.
- (C) O registro da DI caracteriza o início do despacho aduaneiro de importação.
- (D) É dispensado em caso de declaração de importação de canal verde.
- (E) No fluxo normal do despacho aduaneiro de importação, a declaração de importação é registrada somente após a chegada da carga.

Questão 11

No gerenciamento de risco (GR) da fiscalização aduaneira pré-desembaraço, a declaração de importação (DI), após seu registro no Siscomex, é selecionada para um canal que determina o nível de conferência aduaneira.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Amarelo, pelo qual será realizado o exame documental, sendo possível a solicitação de verificação da mercadoria pelo Auditor-Fiscal responsável pelo despacho.
- (B) Verde, pelo qual o sistema registrará o desembaraço automático da mercadoria, logo após o exame documental, dispensada a verificação da mercadoria.
- (C) Vermelho, pelo qual será realizado o exame documental, a verificação da mercadoria e a apuração de elementos indiciários de fraude.
- (D) Laranja, pelo qual será realizado o exame documental, e, não sendo constatada irregularidade, efetuado o desembaraço aduaneiro, dispensada a verificação da mercadoria.
- (E) Cinza, pelo qual será realizada a apuração de elementos indiciários de fraude, dispensado o exame documental.

Questão 12

Sobre o despacho aduaneiro de exportação realizado por meio de DU-E, em relação à apresentação da carga para despacho (ACD), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Pode ocorrer de forma automática.
- (B) Pode ocorrer antes ou após o registro da DU-E.
- (C) Somente ocorre nas DU-E selecionadas para o canal vermelho de conferência.
- (D) Marca o fim da espontaneidade para o declarante ou o exportador retificar ou cancelar a DU-E sem que a retificação ou o cancelamento tenha que ser autorizado pela fiscalização aduaneira.
- (E) É uma das etapas do despacho de exportação realizado por meio de DU-E.

Questão 13

Relacione as etapas do despacho aduaneiro de exportação realizado por meio de DU-E, listadas a seguir, às suas respectivas características.

- () Recepção da carga
- () Registro da DU-E
- () Desembaraço aduaneiro
- () Averbação de embarque

1. é o ato pelo qual é registrada a conclusão da conferência aduaneira
 2. consiste na confirmação da saída da mercadoria do País.
 3. marca o fim do controle de carga na exportação
 4. marca o início do despacho de exportação
 5. é o procedimento fiscal destinado a identificar e quantificar os bens submetidos a despacho aduaneiro
 6. implica que a carga chegou fisicamente a determinado local
- Assinale a opção que apresenta a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 4 – 6 – 1 – 3.
- (B) 5 – 4 – 3 – 2.
- (C) 6 – 1 – 2 – 3.
- (D) 3 – 1 – 2 – 6.
- (E) 6 – 4 – 1 – 2.

Questão 14

Sobre os regimes aduaneiros especiais e aplicados em áreas especiais, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O regime de entreposto aduaneiro contempla as modalidades de importação e de exportação.
- (B) Quando o regime for aplicado à mercadoria vinculada a contrato, o prazo de vigência do regime será de 2 anos, prorrogável automaticamente por mais dois anos.
- (C) Nos regimes de Depósito Especial (DE) e Depósito Afiançado (DAF) a mercadoria fica armazenada em recinto privado do beneficiário do regime.
- (D) O regime aduaneiro especial de admissão temporária não pode ser concedido quando houver transferência de propriedade do bem, como ocorre nos casos de compra.
- (E) Alguns regimes aduaneiros especiais exigem a prestação de uma garantia para cobrir o valor dos tributos suspensos.

GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Questão 15

A Receita Federal possui o Cadastro da Pessoa Física (CPF) e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Sobre esses dois cadastros e suas situações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os dois cadastros possuem a situação ativa. Isso significa que o cadastro não possui nenhuma pendência.
- (B) Os dois cadastros possuem a situação cancelado. Isso significa que o cadastro não existe mais.
- (C) Os dois cadastros possuem a situação nula. Isso significa nulidade do ato de sua inscrição.
- (D) Os dois cadastros possuem a situação suspensa. Isso significa falta de declaração por parte da Pessoa Física ou da Pessoa Jurídica.
- (E) Os dois cadastros possuem a situação cancelado por multiplicidade. Isso significa fraude na confecção do cadastro e o cancelamento daquele fraudulento.

Questão 16

A Redesim é uma rede de dados com profunda relação com os cadastros da Receita Federal. Ela foi criada pela Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007.

Sobre essa rede, assinale a opção que não apresenta uma premissa da rede.

- (A) Compatibilização e integração de processos.
- (B) Evitar duplicidade de exigências.
- (C) Garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.
- (D) Entrada plural e diversificada de dados cadastrais e de documentos.
- (E) Independência das bases de dados.

Questão 17

As pessoas físicas equiparadas a empresas que antes utilizavam a matrícula Cadastro Específico do INSS (CEI) para cadastro das suas atividades econômicas, passaram a utilizar o Cadastro de Atividade Econômica de Pessoa Física (CAEPF).

As opções a seguir apresentam atividades que ensejam a obtenção de um CAEPF, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A pessoa física que possua seguro que lhe preste serviço.
- (B) O produtor rural cuja atividade constitua fato gerador da contribuição previdenciária.
- (C) O titular de cartório, caso em que a matrícula será emitida no nome do titular, ainda que a respectiva serventia seja registrada no CNPJ.
- (D) A pessoa física não produtor rural que adquire produção rural para venda, no varejo, a consumidor pessoa física.
- (E) Advogado, arquiteto ou outra atividade intelectual de sociedade simples.

Questão 18

Os benefícios fiscais são tema do cotidiano da política brasileira, em especial, quando se discutem novas formas de receita.

Sobre os benefícios fiscais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal de 1988 é expressa em definir o que é um benefício fiscal, seus limites e quem deve ter tratamento diferenciado.
- (B) A Constituição Federal de 1988 também preceitua que todo e qualquer benefício fiscal, independentemente do tipo, só pode ser concedido por meio de lei específica.
- (C) Os benefícios tributários fornecem vantagens tributárias aos contribuintes, não podendo fazer distinção entre eles.
- (D) Os benefícios fiscais podem ser concedidos sob condição de posterior regularização da situação tributária do contribuinte.
- (E) Os benefícios financeiros, também chamados subsídios explícitos, são aqueles que constituem gastos implícitos no orçamento.

Questão 19

A construção de normas e leis para a garantia do crédito tributário teve início após a publicação da Constituição Federal de 1988, usando como base o CTN. O arrolamento de bens é uma dessas garantias do crédito tributário.

Sobre esse arrolamento, assinale a opção que apresenta a ordem correta de prioridade dos bens a serem arrolados (do mais prioritário ao de menor prioridade).

- (A) Dinheiro – imóveis – pedras preciosas.
- (B) Imóveis – móveis ou semoventes – ações.
- (C) Veículos – dinheiro – título da dívida pública.
- (D) Pedras preciosas – direitos e ações – veículos.
- (E) Direitos e ações – navios – pedras e metais preciosos.

Questão 20

A medida cautelar fiscal é uma forma de garantia do crédito tributário. Ela foi instituída pela Lei nº 8.397/1992. Ela também possui regulamentação na Receita Federal.

Sobre a medida cautelar fiscal e seu ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) A medida cautelar fiscal visa os bens do contribuinte efetivo. Portanto, não pode ser estendida da pessoa jurídica para a pessoa física – sócios e administradores.
- (B) Possuir débitos inscritos ou não em dívida ativa da União é condição para a medida cautelar fiscal. Nesse caso, os débitos devem ultrapassar 20% do patrimônio conhecido do contribuinte.
- (C) Nos casos em que existir a dilapidação do patrimônio do devedor, a medida cautelar fiscal pode ser requerida antes da constituição do crédito tributário.
- (D) Empresa com arrolamento de bens que vende seu patrimônio é objeto de medida cautelar fiscal.
- (E) A medida cautelar fiscal é instrumento jurídico de responsabilidade da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Questão 21

Sobre os principais aspectos da constituição do crédito tributário, suas principais características e suas modalidades de constituição, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fato gerador da obrigação principal é a descrição hipotética do fato que gera a obrigação tributária.
- (B) A obrigação principal decorre da hipótese de incidência e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade.
- (C) O crédito tributário surge com a ocorrência do fato gerador. Por sua vez, a obrigação tributária é constituída através do lançamento.
- (D) A obrigação principal e o crédito tributário estão intrinsecamente vinculados, deixando claro que o crédito decorre da obrigação e possui a mesma natureza desta.
- (E) Obrigações tributárias acessórias são as prestações de fazer, ou informar, ou declarar ao Fisco, determinadas por lei, sempre lançando (constituindo) a obrigação principal.

Questão 22

As opções a seguir apresentam exemplos do sistema público de escrituração digital (SPED), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Escrituração Digital Fiscal (EDF).
- (B) Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF).
- (C) Escrituração Contábil Fiscal (ECD).
- (D) EFD Contribuições.
- (E) EFD ICMS/IPI.

Questão 23

A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) é uma obrigação acessória que deve ser enviada para a RFB periodicamente por algumas sociedades empresárias. Ela contém as informações relativas aos tributos e às contribuições apurados pela pessoa jurídica em cada mês.

Sobre a DCTF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A DCTF deve ser enviada ou mensalmente, ou trimestralmente, a depender da opção da sociedade empresária.
- (B) Não existe multa por atraso ou na falta da entrega de DCTF. A sociedade empresária é, nesse caso, qualificada como inapta.
- (C) O prazo de entrega da DCTF é o décimo quinto dia útil do segundo mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.
- (D) Entre os tributos declarados em DCTF estão a CSLL, o IRPF e CPRB, apenas enquanto não se tornar obrigatória a entrega da DCTFWeb.
- (E) Todas as pessoas jurídicas estão obrigadas a entregar, ao menos, uma DCTF por ano.

Questão 24

Sobre as formas de pagamento, modo de extinção do crédito tributário, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Os tributos podem ser pagos por PIX.
- (B) Os tributos não podem ser pagos por cartão de crédito, em razão de não se conciliar essa forma com as taxas cobradas pelas operadoras de crédito.
- (C) Uma forma de se realizar o pagamento é por meio da Guia de Previdência Social.
- (D) Há pagamentos de tributos por meio de cartões de débito.
- (E) O DARF é o principal documento de arrecadação de receitas federais no âmbito da RFB.

Questão 25

O Art. 141 do CTN traz a taxatividade das causas suspensivas, uma vez que estatui que as únicas hipóteses válidas são aquelas determinadas no próprio CTN.

A seguir, estão apresentadas diversas causas de suspensão ou extinção do crédito tributário.

- I. Parcelamento
- II. Transação
- III. Anistia
- IV. Pagamento
- V. Concessão de medida liminar
- VI. Remissão
- VII. Consignação em pagamento.

Assinale a afirmativa que apresenta apenas causas suspensivas.

- (A) I e II.
- (B) I, III e V.
- (C) II e VII.
- (D) IV e VI.
- (E) I e V.

Questão 26

No tocante ao direito creditório, o Código Tributário Nacional, como norma com força de lei complementar, cumpre seu papel, isso é, apresenta os aspectos gerais do sistema tributário nacional e, ainda que não defina a restituição – ou o ressarcimento, em outro exemplo –, dá fundamentos a esse instituto.

Sobre o direito creditório, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) São tributos federais que podem ensejar ressarcimento do IPI, do ICMS e do PIS.
- (B) A restituição é a devolução de um tributo pago a mais que o devido.
- (C) O ressarcimento é a devolução de créditos presumidos, cujos valores ultrapassam os tributos apurados relacionados a esses créditos.
- (D) O reembolso não decorre de contribuições previdenciárias pagas a maior.
- (E) Nem todo direito creditório pode ser objeto de compensação a pedido do sujeito passivo.

Questão 27

Assim como os lançamentos, as decisões sobre direito creditório enquadram-se, como regra, no Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Quanto ao direito creditório e ao PAF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo para contestar lançamento é de 30 dias, enquanto o prazo para contestar compensações não homologadas é de 10 dias.
- (B) Nem toda compensação pode ser objeto de recurso, porque há pedidos feitos em papel cuja decisão é definitiva.
- (C) As compensações decididas contrariamente ao pedido do contribuinte pode ser objeto de recurso em 30 dias, mas há situações nas quais o recurso só pode ser apresentado em 10 dias.
- (D) As restituições decididas contrariamente ao pedido do contribuinte podem ser objeto de recurso em 30 dias, mas, excepcionalmente, os indeferimentos sumários não podem ser objeto de recurso.
- (E) Cabe recurso de 30 dias contra a homologação tácita, mas o débito objeto do recurso não pode ser cobrado enquanto o recurso estiver pendente de decisão definitiva.

Questão 28

A gestão do crédito tributário é tema essencial para a saúde do sistema tributário e para o funcionamento da Receita Federal. Esse tema perpassa os elementos básicos da existência do tributo, do seu lançamento, do seu recolhimento e até do não recolhimento. Nessa situação, ainda apresenta as situações de revisão do crédito tributário de suas garantias e das abordagens disponíveis para levar ao efetivo pagamento do devido pelo sujeito passivo.

Sobre esse tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A iniciativa de ofício é a via não litigiosa de alteração do lançamento.
- II. A maioria dos pedidos de direito creditório é solicitada de forma eletrônica, pelo Per/Dcomp Web ou pelo Programa Per/Dcomp.
- III. O eSocial é uma nova obrigação tributária acessória que tem por objetivo coletar informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um ambiente nacional virtual.
- IV. O SINTER é uma ferramenta de gestão pública que integra os dados cadastrais, geoespaciais, ambientais, fiscais e jurídicos, relativos aos imóveis urbanos e rurais, produzidos por órgãos públicos e cartórios.
- V. Efetuada a cobrança administrativa, a RFB possui o prazo de 60 dias para a inscrição em DAU, conforme o Art. 22 da Lei nº 147/1966.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e V, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, IV e V, apenas.

ESTADO, SOCIEDADE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**Questão 29**

A RFB enfrentou o desafio de compartilhar a base CPF de uma maneira mais econômica e racional versus o modelo anteriormente adotado. Neste sentido, uma tecnologia disruptiva e nova foi adotada pela RFB.

Assinale a opção que indica a expressão técnica que identifica essa tecnologia, que também foi usada no projeto da Carteira de Identidade Nacional (CIN).

- (A) *EncriptoBlock*.
- (B) *IntelligentChain*.
- (C) *Blockchain*.
- (D) *Bitcoin*.
- (E) *InovationChain*.

Questão 30

Quando a RFB foi chamada para contribuir com o enfrentamento econômico da Covid-19, o desafio era fazer o correto financiamento para cada empresa brasileira que estava passando por dificuldades econômicas. Neste sentido, foi preciso criar uma forma do proprietário do dado compartilhar o seu dado com a instituição financeira que faria o aporte sem ferir o sigilo fiscal. Para isso, precisávamos de uma forma de entregar a informação de forma segura, entre estes dois entes apenas.

A esse respeito, assinale a opção que apresenta a fundamentação tecnológica que sustentou este projeto.

- (A) Par de Chaves Estrangeira e Nacional.
- (B) Par de Chaves Público e Privada.
- (C) Chave Philips Americana e do Mercosul.
- (D) Micro Chave Liberada e Bloqueada.
- (E) Chave Hiperbólica do Sul e do Norte.

Questão 31

Leia o fragmento a seguir.

O projeto IRIS de reconhecimento facial de viajantes nos aeroportos se contrapõe ao que assistimos no vídeo Comboio Nacional. A principal diferença entre estes dois eventos foi que saímos de uma situação caracterizada, no passado, pela força _____ para uma operação baseada, nos tempos atuais, na _____.

Assinale a opção que completa corretamente a lacuna do fragmento acima.

- (A) superior - lógica
- (B) da inovação - sapiência
- (C) fraca nuclear - experiência
- (D) tecnológica - objetividade
- (E) bruta - inteligência

Questão 32

A RFB possui alguns projetos paradigmáticos. Nesse sentido, leia o fragmento a seguir.

O projeto da Carteira de Identidade Nacional (CIN) e o compartilhamento da base CPF caracterizam-se por usar a tecnologia _____ e o projeto que foi usado para apoiar o financiamento às empresas necessitadas durante o evento da Covid -19 utiliza o conceito de par de chaves _____.

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas do preenchidas respectivamente por

- (A) *blockchain*; tetra/por aproximação.
- (B) punkBrasil; público/privada.
- (C) criptomoeda; americana/regional.
- (D) *blockchain*; público/privada.
- (E) público; *blockchain*/regional.

Questão 33

A respeito dos projetos paradigmáticos da RFB, leia o fragmento a seguir.

Como preparativo para os grandes eventos da Copa e das Olimpíadas, a RFB criou o projeto IRIS que usou a tecnologia de reconhecimento facial para localizar passageiros de interesse. O projeto IRIS caracteriza-se por usar _____ em contraponto a _____ O projeto de compartilhamento da base CPF utiliza a tecnologia _____.

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) chave tetra/americana – força leve – *blockchain*.
- (B) gestão de risco – força bruta – *blockchain*.
- (C) chave regional/local – força leve – *punkchain*.
- (D) criptomoeda – força bruta – quântica.
- (E) ser público – força leve – regional.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E FLUÊNCIA EM DADOS II**Questão 34**

Leia o fragmento a seguir.

Atualmente, o Receita Data tem dois tipos de portaria de perfil: um tipo composto apenas de uma portaria, chamada de _____, que define quais ferramentas o usuário poderá usar; e outro, composto de diversas portarias, uma de cada área gestora, que define que _____ podem ser acessados por quais grupos de usuários. Dessa forma, é necessário ter habilitação no perfil correspondente aos _____ que se quer acessar, e em ao menos um perfil da portaria _____ para se poder consumi-los.

Assinale a opção que preenche corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) dados – dados – ferramentas e capacidades – dados.
- (B) dados – ferramentas e capacidades – ferramentas e capacidades – dados.
- (C) ferramentas e capacidades – ferramentas e capacidades – dados – dados.
- (D) ferramentas e capacidades – dados – ferramentas e capacidades – dados.
- (E) ferramentas e capacidades – dados – dados – ferramentas e capacidades.

Questão 35

Nas fases de ingestão e processamento dos dados no Receita Data, as tabelas da Fase 2 são chamadas de tabelas estruturantes e os dados são armazenados em estruturas “desnormalizadas”.

Em relação às estratégias adotadas na criação dessas estruturas, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Dados de diferentes tipos de registro são realocados como diferentes colunas da mesma tabela, fazendo com que poucas tabelas de muitas colunas sejam geradas no lugar de muitas tabelas com poucas colunas.
- () As relações do tipo 1:N são preferencialmente armazenadas com “tipos complexos”, como os tipos Array e Struct definidos no formato Parquet.
- () As diferentes versões que existirem sobre um mesmo leiaute de arquivo são consolidadas de modo a resultar em uma única estrutura que englobe todas as mudanças.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

Questão 36

A forma flexível de analisar conjuntos de dados por meio do ContÁgil, na qual o usuário escolhe os atributos, as métricas, os filtros e os campos que deseja incluir no relatório, refere-se a(à)

- (A) *Plugin*.
- (B) *Script*.
- (C) MAD – Modelo Analítico Dinâmico.
- (D) Tabela do Usuário.
- (E) *Script as a Service* – SCRaas.

Questão 37

A Política de Governança de Dados elencou os papéis que podem ser desempenhados por servidores da RFB na sua atuação no ambiente analítico, os quais podem ser divididos em cinco grupos.

Esses grupos estão indicados nas opções a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Papéis de auditoria e controle.
- (B) Papéis técnicos de implementação.
- (C) Papéis de consumo de dados.
- (D) Papéis de representação externa.
- (E) Papéis de gestão de dados.

Questão 38

O ContÁgil foi desenvolvido inicialmente para subsidiar a auditoria de arquivos contábeis e fiscais, mas evoluiu para tornar-se uma plataforma de desenvolvimento.

A respeito da criação do ContÁgil, assinale a afirmativa correta.

- (A) A criação do ContÁgil foi contratada junto a uma fábrica de *software*.
- (B) O ContÁgil foi desenvolvido internamente por servidores da própria Receita Federal do Brasil.
- (C) O ContÁgil foi desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO.
- (D) O ContÁgil foi desenvolvido pela DATAPREV.
- (E) O ContÁgil foi desenvolvido por uma Secretaria de Fazenda de uma Unidade da Federação e cedido para uso na Receita Federal do Brasil.

SIGILO FISCAL**Questão 39**

Com relação ao *sigilo fiscal*, assinale a afirmativa *incorreta*.

- (A) O Código Tributário Nacional não consigna expressamente o direito ao sigilo fiscal.
- (B) Embora não esteja expresso na Constituição Federal, o sigilo fiscal é desdobramento dos direitos constitucionais à inviolabilidade da intimidade e da vida privada.
- (C) Os servidores fazendários estão obrigados a guardar sigilo, esse dever é extensivo aos terceirizados e estagiários.
- (D) A divulgação das informações que tenham sido obtidas pelo agente fiscal no exercício das suas atribuições reveste-se de excepcionalidade.
- (E) Os dados e informações de pessoas físicas e jurídicas prestados às administrações tributárias não podem ser amplamente utilizados pelos respectivos governos.

Questão 40

Sobre *sigilo funcional*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Estão protegidas pelo sigilo fiscal as informações relativas à situação econômica ou financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) Não há normativos que disciplinam quais informações podem ser disponibilizadas e a forma de disponibilização.
- (C) As informações que não se referem à situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e à natureza e ao estado dos seus negócios ou atividades podem ser divulgadas por iniciativa de servidor da RFB.
- (D) As informações cadastrais do sujeito passivo, as relativas à regularidade fiscal do sujeito passivo, as agregadas que não identifiquem o sujeito passivo e as previstas no Art. 198, § 3º, do CTN, não estão protegidas pelo sigilo fiscal.
- (E) Quem permite ou facilita - mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma - o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública não viola o sigilo funcional.

Questão 41

Sobre a possibilidade de fornecimento de informações ao Ministério Público, assinale a afirmativa *incorreta*.

- (A) O Ministério Público Eleitoral não compõe o Ministério Público da União e não pode requisitar informações protegidas por sigilo fiscal.
- (B) Uma vez constituído definitivamente o crédito tributário, a RFB deve encaminhar as representações fiscais para fins penais ao Ministério Público Federal.
- (C) Os Ministérios Públicos Estaduais não compõem o Ministério Público da União e não podem requisitar informações protegidas por sigilo fiscal.
- (D) Os membros do Ministério Público da União podem requisitar informações protegidas por sigilo fiscal.
- (E) Não é possível atender às requisições dos Ministérios Públicos Estaduais versando sobre inquéritos civis que apurem atos de improbidade administrativa.

Questão 42

Sobre as *exceções* ao sigilo fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Lei nº 11.457/2007, não prevê a transferência recíproca de informações relativas às contribuições sociais entre a RFB e o INSS.
- (B) Não é possível fornecer informações complementares solicitadas pelo MPF ou pela Polícia Federal para instruir procedimentos penais decorrentes de RFFP.
- (C) O § 3º do Art. 58 da CF/88, concede às CPI e à CPMI poderes de investigação próprios das autoridades judiciais; assim, o fornecimento de informações protegidas pelo sigilo fiscal está abrangido pela exceção prevista no Art. 198, § 1º, inciso I, do CTN, que trata de requisições de autoridade judiciária no interesse da justiça.
- (D) A RFB pode fornecer informações protegidas por sigilo fiscal à Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos estados.
- (E) A RFB não pode compartilhar dados protegidos por sigilo fiscal com órgãos de controle, tais como TCU e CGU.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÕES DIGITAIS - SPED**Questão 43**

Em relação à Escrituração Contábil Digital (ECD) assinale a afirmativa *incorreta*.

- (A) A ECD também é conhecida como Sped Contábil.
- (B) A padronização da forma sob a qual as informações contábeis serão transmitidas, está previsto no Manual de Orientação do Leiaute da ECD.
- (C) Todas as pessoas jurídicas obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, inclusive as equiparadas, as imunes e as isentas deverão apresentar a ECD.
- (D) A ECD deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), até o último dia útil do ano-encetário a que se refira a escrituração.
- (E) O arquivo digital da ECD é constituído de blocos, referindo-se cada um deles a um agrupamento de diversas informações e registros. Cada bloco possui um conjunto de registros e cada registro possui um conjunto de campos.

Questão 44

Em relação à Escrituração Fiscal Contábil (ECF) assinale a afirmativa correta.

- (A) Entre as funcionalidades do Programa Validador da ECF está a recuperação das informações das ECD (Escrituração Contábil Digital) dos últimos 5 (cinco) anos-calendário.
- (B) Para preservação do sigilo fiscal, as informações da ECF não podem ser compartilhadas com as demais administrações tributárias.
- (C) Para as pessoas jurídicas não obrigadas a entregar a ECD, também não há obrigatoriedade de entregar a ECF.
- (D) e-Lacs e e-Lalur são registros da ECF destinados aos lançamentos das informações de contas sintéticas e de lucros residuais, respectivamente.
- (E) A ECF foi criada para substituir a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

Questão 45

Assinale a opção que indica a obrigação legal que foi substituída pelo eSocial.

- (A) Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF).
- (B) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
- (C) Declaração de Importação (DI).
- (D) Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- (E) Guia de Recolhimento da União (GRU).

Questão 46

Em relação aos Módulos Simplificados do eSocial, assinale a afirmativa correta.

- (A) São de utilização exclusiva pelo Microempreendedor Individual, pelo Segurado Especial e pelo Empregador Doméstico.
- (B) Podem ser utilizados por empresas com até 10 empregados.
- (C) Compõem o sistema completo, com todos os eventos do eSocial, muitos recursos e prazos rígidos.
- (D) São de exclusividade para grandes empresas e integração com seus sistemas de folha de pagamento.
- (E) Caracterizam-se pela redução de campos obrigatórios, regras de validação mais flexíveis, mas sem alteração nos prazos de envio.

Questão 47

A apresentação da EFD-Contribuições **não** é dispensada para

- (A) as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, relativamente aos períodos abrangidos por esse Regime.
- (B) as pessoas jurídicas optantes pela tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) com base no lucro presumido.
- (C) as pessoas jurídicas que se mantiveram inativas desde o início do ano-calendário ou desde a data de início de atividades, relativamente às escriturações correspondentes aos meses em que se encontravam nessa condição.
- (D) os órgãos públicos.
- (E) as autarquias e as fundações públicas.

Questão 48

Um dos módulos ou subprodutos do SPED, a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), tem por objeto a escrituração de várias informações.

Em relação à EFD-Reinf, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A EFD-Reinf tem como objetivo a escrituração, entre outros, dos recursos recebidos por (repassados para) associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional, referente a contribuição social previdenciária.
- (B) As informações são prestadas pelos declarantes por meio do envio de múltiplos arquivos de eventos, em modelo semelhante a outros módulos do SPED, como a e-Financeira e o eSocial.
- (C) Existem quatro tipos de eventos na EFD-Reinf: eventos de tabelas, eventos periódicos, eventos de substituição e eventos totalizadores.
- (D) São eventos de tabelas da EFD-Reinf: as informações do declarante, as tabelas de entidades e as tabelas de processos judiciais ou administrativos.
- (E) Para cada evento periódico enviado pelo contribuinte e processado com sucesso, o sistema gera um arquivo com o recibo de entrega e, também, com informações totalizadas das informações prestadas no evento, que servem para o contribuinte conferir os valores que foram processados pelo ambiente nacional da EFD-Reinf.

Questão 49

Sobre a EFD ICMS IPI, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A obrigatoriedade de entrega da EFD ICMS IPI independe da forma de constituição da empresa, estando sim relacionada à condição de ser a empresa contribuinte ou não do ICMS e/ou IPI.
- (B) O arquivo digital da EFD-ICMS/IPI será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do leiaute definido em Ato COTEPE e conterá a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis.
- (C) A EFD ICMS IPI utiliza um programa validador e assinador (PVA), que verifica a consistência das informações prestadas no arquivo e possui outras funcionalidades: digitação, alteração, assinatura digital da EFD-ICMS/IPI, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração.
- (D) A periodicidade de entrega da EFD ICMS IPI é anual, devendo ser transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.
- (E) O bloco B foi incluído a partir do período de apuração de janeiro de 2019 (Apuração do ISS), exclusivo para contribuintes do Distrito Federal.

Questão 50

Sobre os documentos fiscais eletrônicos, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e (modelo 57) tem a função de formalizar as operações com transportes de carga nos modais rodoviário, aéreo e ferroviário, em substituição aos modelos antigos emitidos em meio físico, podendo também ser utilizado como documento fiscal eletrônico no transporte dutoviário e nos transportes Multimodais.
- () Na Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), os municípios conveniados têm acesso a um Painel Administrativo Municipal (PAM) onde configuram todo o ambiente e transpõem suas legislações tributárias municipais para o sistema.
- () A Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro (NF-e Ouro Ativo Financeiro), visa ao controle das operações que envolvem instituições financeiras na primeira aquisição, importação, exportação, operações internas e remessas do ouro, quando ativo financeiro ou instrumento cambial.
- () A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em formato XML é de leitura amigável ao cidadão comum, não sendo necessário que as compras de produtos sejam acompanhadas pelo Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE).
- () A finalidade do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e) é agilizar o registro em lote de documentos fiscais em trânsito e identificar a unidade de carga utilizada e demais características do transporte.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – F – V – V.
- (B) V – V – V – F – V.
- (C) F – F – V – V – F.
- (D) F – V – F – V – F.
- (E) V – F – V – F – V.

TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO**Questão 51**

O princípio da unidade de jurisdição, no atual sistema jurídico brasileiro, decorre da Constituição Federal (Capítulo: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos) e é uma regra limitadora do processo administrativo.

Sobre essa limitação, de *caráter constitucional*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Consiste em considerar definitivas, com efeito de coisa julgada, apenas as decisões emanadas do Poder Judiciário.
- (B) Não prevalece quando se trata de coisa julgada administrativa sobre matéria tributária, que é o caso das decisões proferidas, em instância especial, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- (C) Sofre restrições da lei que instituiu o Processo Administrativo Fiscal.
- (D) Assegura a todos, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (E) Não abrange as decisões administrativas contrárias aos contribuintes, que fica impedido de recorrer à esfera judicial.

Questão 52

Com relação às intimações, nos termos da legislação processual tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só podem ser feitas por via postal quando o contribuinte estiver impossibilitado de ser cientificado pessoalmente.
- (B) O Decreto nº 70.235/1972 prevê a intimação como forma de comunicação dos atos processuais.
- (C) Havendo recusa de recebimento da intimação, deverá o contribuinte ser intimado novamente por meio eletrônico.
- (D) Quando feitas por edital, apresentam-se como alternativa não condicionada à impossibilidade de utilização das demais formas de intimação.
- (E) No processo administrativo fiscal, a intimação deve ser dirigida preferencialmente ao endereço de advogado do sujeito passivo.

Questão 53

Instaurado o contraditório pela apresentação da impugnação, o processo deve ser remetido ao órgão julgador para apreciá-lo.

Sobre essa hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) O julgamento deve ser proferido no prazo de até 120 (cento e vinte dias), prorrogável uma única vez, sob pena de preclusão do direito de a Fazenda Pública apreciar o litígio.
- (B) Caso sejam detectadas incorreções no lançamento de ofício, o órgão julgador deverá lavrar auto de infração ou notificação de lançamento complementar, facultando ao sujeito passivo o direito de interpor recurso voluntário ao CARF.
- (C) O órgão de julgamento de primeira instância pode determinar, de ofício, a realização de diligências ou perícias, quando as entender necessárias.
- (D) O processo deve ser inicialmente enviado à Procuradoria da Fazenda Nacional para que esta se manifeste quanto à impugnação apresentada pelo sujeito passivo.
- (E) O processo deverá ser remetido à turma de julgamento de primeira instância somente após o exame prévio pela autoridade que formalizou a exigência, que emitirá parecer fiscal conclusivo para subsidiar a decisão.

Questão 54

Sobre as decisões proferidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em exame de recurso voluntário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Admitem pedido de reconsideração, se a decisão não houver sido unânime.
- (B) Podem ser revistas de ofício pelo presidente da turma que proferiu a decisão, nos casos de decisões não unânimes, contrárias à lei ou à evidência das provas.
- (C) Admitem recurso especial, nos casos de decisões que tenham dado à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara, turma de Câmara, turma especial ou a própria Câmara Superior de Recursos Fiscais.
- (D) São sempre definitivas na esfera administrativa.
- (E) Devem ser objeto de recurso de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) em valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Questão 55

Analise os atos previstos na legislação processual tributária, apresentados a seguir.

- I. Impugnação apresentada pelo sujeito passivo.
- II. Ato de apreensão de mercadorias, documentos ou livros pela autoridade fiscal.
- III. Auto de infração e notificação de lançamento.
- IV. Primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto.
- V. Começo de despacho aduaneiro de mercadoria importada.
- VI. Intimação do sujeito passivo.

Em relação aos atos listados, é correto afirmar que

- (A) I e II instauram a fase litigiosa do procedimento.
- (B) II e III devem ser praticados dentro da unidade da Receita Federal da jurisdição do sujeito passivo com a presença de duas testemunhas.
- (C) III e IV são os instrumentos em que são formalizadas a exigência de crédito tributário, a retificação de prejuízo fiscal e a aplicação de penalidade isolada.
- (D) IV e V dão início ao procedimento fiscal.
- (E) V e VI suspendem a exigibilidade do crédito tributário.

Questão 56

Sobre o Sistema Tributário Nacional, estabelecido na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não existe um capítulo exclusivo para tratar do Sistema Tributário Nacional na Constituição, pois esta matéria é tratada somente por lei ordinária federal.
- (B) Podem ser classificadas como fontes formais do Direito Tributário, entre outras normas jurídicas, a Constituição Federal e as Emendas Constitucionais, as leis complementares e as leis ordinárias.
- (C) O constituinte derivado pode alterar qualquer parte de constituição, sem restrição de espécie alguma, tendo em vista que o regime democrático determina que a maioria qualificada constitucional é o único requisito para que se proceda a esta alteração.
- (D) As leis complementares são aprovadas pelo mesmo quórum previsto para aprovação das leis ordinárias.
- (E) Pelo princípio do regime federativo, União, Estado e Municípios podem livremente instituir tributos, sem qualquer restrição ou outorga por parte da Constituição Federal.

Questão 57

Sobre a exigência fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A constituição do crédito tributário, segundo o CTN, compete privativamente à autoridade administrativa, mas há outras formas de constituição que não dependem dela, como, por exemplo, a confissão de dívida por parte do contribuinte.
- (B) O lançamento pela autoridade fiscal é o único meio através do qual o crédito tributário pode ser constituído.
- (C) No lançamento por declaração não há qualquer ato posterior a ser realizado pela administração tributária para constituição do crédito tributário devido.
- (D) No lançamento por homologação, o prazo que a administração tributária tem para homologar tacitamente o lançamento é sempre de 10 anos.
- (E) No lançamento de ofício é sempre imprescindível a participação do sujeito passivo na constituição do crédito tributário, sob pena de nulidade.

Questão 58

Sobre o procedimento fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O procedimento preparatório ao ato de lançamento pressupõe, nesta fase, o direito de impugnação e apresentação de contrarrazões por parte do contribuinte para garantia do seu direito ao contraditório e ampla defesa.
- (B) Com o termo de início do procedimento fiscal já se inicia a fase litigiosa entre o fisco e o contribuinte.
- (C) Uma das formas de início do procedimento fiscal é a apreensão de mercadorias, documentos ou livros.
- (D) Antes de iniciado o procedimento de fiscalização é vedado ao contribuinte apresentar consulta sobre a matéria que será objeto de fiscalização.
- (E) O efeito da exclusão da espontaneidade com o início do procedimento fiscal durará até o final do prazo decadencial para constituição do crédito tributário pelo lançamento.

Questão 59

Sobre o controle e a cobrança do crédito tributário, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há qualquer redução do valor da multa de ofício se o contribuinte parcelar o valor da dívida.
- (B) Se houver a interposição de impugnação dentro do prazo legal, o contribuinte perderá o direito a qualquer redução da multa de ofício pelo pagamento posterior do valor devido.
- (C) No caso de pluralidade de sujeitos passivos, a impugnação de um deles suspende a exigibilidade do crédito tributário apenas para aquele que impugnou, não beneficiando os demais.
- (D) Em caso de revelia, o processo deve ser remetido à PGN imediatamente ao decurso do prazo para impugnação, para ajuizamento da ação de execução fiscal do crédito tributário.
- (E) A impugnação apresentada pelo sujeito passivo instaura a fase litigiosa do procedimento, suspende a exigibilidade do crédito tributário e impede a fluência do prazo prescricional da ação de execução fiscal por parte da Fazenda Pública.

Questão 60

Sobre o juízo administrativo no âmbito do CARF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O recurso especial não pode ser interposto contra decisão de que deu provimento ao recurso de ofício, tendo em vista que, neste caso, a decisão já é definitiva na esfera administrativa.
- (B) O recurso especial somente pode ser interposto pelo contribuinte, como corolário do direito ao contraditório e à ampla defesa.
- (C) O prazo para interposição do recurso especial é o mesmo do recurso voluntário, que é de 30 dias.
- (D) O direito à apresentação de contrarrazões ao recurso especial preclui em 15 dias, contados da ciência daquele recurso.
- (E) Somente o Presidente da República pode dar efeito vinculante a uma súmula do CARF.

Realização

